

O ESTADO REGULADOR E A EDUCAÇÃO PRIVADA: algumas considerações sobre o papel do estado e abertura para o mercado educacional

Resumo

Resumo Este artigo trata da crise do estado moderno e sua conexão com a entrada e crescimento da iniciativa privada no campo educacional. Identifica algumas das estratégias adotadas e o deslocamento da execução das políticas sociais do Estado, sob a ótica da Terceira Via e/ou neoliberalismo, sobre o que fica como propriedade do Estado e o que se desloca para os segmentos privados, adquirindo forte orientação do mercado. O que se pretende é analisar as possíveis proposições com vistas ao papel do Estado e a forte participação das empresas privadas na educação.

Palavras-chave: Palavras-chaves: crise do estado moderno – homogeneização da educação – terceira via – políticas púb

Viviana Benetti
Universidade Luterana do Brasil
vbenetti@gmail.com

Leci Salete Paier
leci@notredame.org.br

Introdução

O presente artigo tem como objetivo discutir o papel do Estado na Educação, trazendo como um dos principais elementos a crise do Estado moderno, a partir das transformações do capitalismo. A globalização, o neoliberalismo e a Terceira Via são apresentadas como as saídas possíveis para a reorientação do papel do Estado,

diminuindo sua atuação como executor das políticas sociais, ao mesmo tempo em que vai se redefinindo em seu papel regulador.

Para tanto, é preciso observar as reformas da administração pública instaladas em vários países desde 1980, as quais visam responder à crise do Estado moderno. Numa perspectiva mais voltada para a alteração de processos de decisão e gestão, as reformas provocaram mudanças nas relações internas e externas dos países que aderiram as novas ideias mercadológicas. Os impactos disto revolucionaram a gestão, administração e economia dos Estados. A adoção de políticas públicas com princípios neoliberais instalou um processo de esvaziamento dos Estados. Para o liberalismo, o Estado deve se restringir a ser unicamente o promotor e regulador dos serviços públicos na perspectiva de eficácia, transparência e eficiência mercadológica.

O papel das políticas neoliberais, bem como as alternativas propostas pela Terceira Via, remete às alterações nos processos de decisão e gestão, e às novas ideias mercadológicas, referentes à educação. Os impactos destas ações, na educação, geram demandas nacionais que figuram a homogeneização das políticas públicas educacionais constituídas de uma forma que caracteriza a dominação mercadológica.

Estes temas serão objetos de nossas reflexões neste trabalho, conforme estruturamos nos tópicos abaixo apresentados.

A Crise do Estado moderno

A Crise do Estado moderno não é fruto do acaso – é sim, fruto da busca de legitimidade identitária com a modernidade. Nesta busca de legitimidade, na lógica capitalista, o Estado precisa garantir a regulação do próprio mercado. Isto se dá através de políticas públicas voltadas para a suplementação das necessidades básicas: transporte, saúde, educação, lazer. O Estado, segundo o neoliberalismo, precisa dar conta destas necessidades: atender as demandas sociais com políticas públicas específicas para garantir qualidade de vida das pessoas com, no mínimo, disposição para consumir bens e serviços produzidos pelo próprio mercado. Além disso, deve preparar as pessoas, criar condições de consumo para população e alimentar o mercado que gera lucratividade. O

próprio capital precisa que o Estado sustente ou favoreça o poder de consumo social. Isto se faz oferecendo condições e alocando recursos próprios para tal finalidade.

Assim, para dar conta deste papel, o Estado gastou mais do que tinha condições e a crise fiscal se abateu sobre ele, de tal modo, que precisou mudar a estratégia e ceder à pressão liberalista, gastando menos e oferecendo serviços com qualidade. A saída que o neoliberalismo oferece é o esvaziamento do próprio Estado – deixar de ser provedor de capital que, na verdade, ele não tem mais, e se restringir a regulamentar a entrada dos recursos de impostos e da iniciativa privada para garantir os serviços de atendimento às necessidades da população.

Papel do Neoliberalismo¹ e da Terceira Via²

A chamada Crise do Estado deve ser entendida como a crise do capital, pois o Estado redefine seu papel diante das transformações do capitalismo. Sob a óptica Neoliberal o Estado³ é visto como ineficiente e improdutivo, e o mercado é quem deve ser o regulador das relações sociais.

¹ Termo foi cunhado em 1938, no encontro de Colloque Walter Lippmann, pelo sociologista alemão e economista Alexander Rüstow. No entanto, a implementação das políticas neoliberais da forma como são descritas atualmente costumam ser identificadas a partir dos anos 1980. O termo se refere a uma tentativa de redefinição do liberalismo clássico, influenciado pelas teorias econômicas neoclássicas as quais o liberalismo se opõe, criando assim um híbrido ideológico que só é tratado e reconhecido pelos seus críticos e tornando o termo extremamente controverso nas áreas política e econômica. Absorveu os conceitos sociais do liberalismo clássico, mas que continua a apoiar uma economia protecionista junto com um estado intervencionista e controlador. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Neoliberalismo> - acesso em 16/01/2014.

² É um rótulo para discussões que ocorrem no mundo sobre como construir políticas de centro-esquerda, responsáveis pelas grandes mudanças na sociedade global. Sabemos agora que as duas tradições mais antigas: o socialismo tradicional, com espaços na propriedade coletiva, e o gerenciamento econômico keynesiano [referente a Keynes] não são mais relevantes. Mas também sabemos que não faz sentido tratar o mundo como um gigantesco mercado. A “segunda via” chegou a um beco sem saída. É uma filosofia incompleta, não tem uma justiça social. Procuramos uma política diferente. É um debate aberto no mundo todo. Não há um programa fechado, mas há uma série de princípios comuns, que se aplicam à maioria dos países. Não há um único esquema que se aplique a todos. Mas há uma série de princípios que se pode chamar de terceira via, mas não é preciso usar a expressão “terceira via”. O que falamos é na modernização da centro-esquerda, modernização da filosofia e prática política da esquerda e centro. (Entrevista com **Anthony Giddens**, em **31/07/00**) http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/286/Terceira%20Via/entrevistados/anthony_giddens_2000.htm - acesso em 13/01/2014

³ Segundo Teodoro, o Estado deve abster-se de intervir nos mercados ou ter uma intervenção mínima, com argumento de que este não possui informação suficiente para ler os sinais do mercado (...) e, também,

Peroni (2009) destaca que, o neoliberalismo tem profundas críticas à democracia, pois esta atrapalha o andamento do mercado ao atender demanda de eleitores para se legitimar. Esse seria o ponto em que o Estado democrático acaba se tornando improdutivo, pois provoca um déficit fiscal, por não utilizar de forma honesta e igualitária os recursos dos tributos recolhidos. E por outro lado, para a Terceira Via a democracia deve ser fortalecida, Giddens (2001) argumenta que a democracia deve ser democratizada. Mas, de acordo com Peroni, são conceitos de democracia e participação em que a sociedade civil deve assumir a execução de tarefas que deveriam ser responsabilidade do Estado.

A Terceira Via trata a democracia como um instrumental à retirada do Estado das políticas sociais. Para Giddens (2001), esta ideologia apela pela subjetividade das pessoas através da ajuda mútua, solidariedade, filantropia, através do terceiro setor, enquanto que o dinheiro público é deslocado para a área financeira. Giddens (2001) apresenta como questão central da Terceira Via, a permanência no centro assumindo posições ora de esquerda, ora de direita, propondo reformas com vistas ao fortalecimento do capitalismo. Para o autor, os neoliberais querem encolher o estado, enquanto os sociais democratas desejam expandi-lo. Para estes, o conceito de sociedade civil modernizada e empreendedora é quem deve assumir as políticas sociais.

Para os teóricos da Terceira via, assim como os neoliberais, a crise está no Estado, pois este é quem gastou mais do que devia em políticas sociais e provocou a crise fiscal. A crise fiscal ocorre quando o Estado gasta mais com pagamento de contas e despesas e não investe em segmentos mais produtivos, para que ocorra um equilíbrio entre as receitas e despesas. Como isso não acontece, os neoliberais propõem como alternativa as privatizações, enquanto que para a Terceira Via a solução encontra-se no Terceiro Setor.

Um Estado mínimo é proposto pelos neoliberais, enquanto que a Terceira Via propõe reformar o Estado e repassar tarefas para a sociedade civil, sem fins lucrativos. Peroni (2007) destaca que os dois querem racionalizar recursos e diminuir os gastos com o Estado, com políticas sociais e diminuir o papel das Instituições públicas. Os segmentos

porque está muito sujeito a poderosos interesses de grupo. (2011, p. 51)

que compõem o Terceiro Setor assumem atividades que seriam do Estado, tais como a promoção ou manutenção de bem estar social, com isso acabam assumindo/adquirindo poder econômico e político, de acordo com Peroni (2006).

Para Montano (2002), o Terceiro Setor modifica a questão social quando ocorre a transferência da responsabilidade da questão social do Estado para o indivíduo, as políticas passam a ser focalizadas e acabam perdendo seu princípio universalista. Outro ponto importante, com a descentralização administrativa é que as políticas acabam se tornando ainda mais precarizadas, pois são transferidas as competências sem os recursos correspondentes e necessários para executá-las.

Neste aspecto, Peroni (2006) chama a atenção sobre a falsa ideia de que a sociedade civil está participando, quando na verdade as instituições representativas estão sendo arrasadas como parte da estratégia neoliberal.

As discussões presentes na social democracia sobre a igualdade, destacada por Giddens (1996) e Harvey (1989) é um dos pontos importante quando se propõe a pensar sobre as parcerias público-privada. Harvey aborda que as liberdades individuais trouxeram perdas para os projetos societários de justiça social, pois, segundo ele, liberdade individual e justiça social não são necessariamente compatíveis. A justiça social pressupõe solidariedades sociais, necessidade e desejos de uma luta em favor da igualdade social. E Giddens destaca que a solidariedade social vai além da busca pelo Estado de elevar os padrões econômicos dos grupos sociais mais pobres, pois, segundo ele, os pobres preservam tesouros escondidos, que vão além da pobreza, tais como sua postura diante do cuidado, da solidariedade e do respeito entre os cidadãos do grupo, e que não são medidos pelo capital.

A partir desta reflexão voltemos ao papel do Terceiro Setor e sua função dentro do Estado. Estado este que, 'em crise', não pode executar políticas, repassa para a sociedade civil, que vai focalizar os segmentos mais pobres, para evitar um caos social. E repassará para a sociedade civil, sem fins lucrativos, parte dos financiamentos e avaliará os resultados. Este processo remete ao esvaziamento da democracia como luta por direitos e por políticas sociais.

E a garantia dos resultados? A avaliação dos resultados é muito subjetiva, assim como a própria prática é subjetiva. Vai depender da percepção social, solidariedade e de justiça social de quem administra cada um destes segmentos, assim como os exemplos das parcerias público-privadas na Educação, nas quais se percebe, em alguns casos, dentro dos projetos pedagógicos, ações voltadas aos interesses do mercado e, não necessariamente, aos interesses da formação dos cidadãos apenas. E muitas vezes não atendendo ao próprio projeto de educação do Estado e interferindo na autonomia da instituição escola.

A crise do Estado precisa ser diagnosticada, pois observamos o movimento das propostas do neoliberalismo e da Terceira Via, no qual o Estado se apresenta em Crise. Peroni (2008) destaca que não é o Estado que se encontra em crise e sim o capital. São as estratégias do neoliberalismo, Terceira Via, globalização que redefinem o papel do Estado. O Estado se transforma de acordo com as mudanças do capital e dos interesses das grandes organizações capitalistas no mundo, assim ser redefinem as ideologias. E a sociedade se metamorfoseia de acordo com sua cultura, especialmente pautada pelo individualismo, princípio básico do Liberalismo, e não pela igualdade, princípio básico do próprio liberalismo em sua origem, o qual foi retomado, por sua não concretização, pelos movimentos socialistas. Desta forma, o esvaziamento do Estado é questionável, pois a sociedade que o estrutura permanece presente, apenas muda suas estratégias, ações e espaços. O Estado sempre terá um papel por demais relevante e estará engendrado nas engrenagens dos diversos segmentos políticos, sociais e econômicos, tanto em nível local, nacional e internacional.

Novas ideias mercadológicas: impactos na educação

No contexto do capitalismo, com suas tecnologias/políticas próprias de homogeneização da cultura e de todas as relações histórico-humanas/institucionais, cada vez mais as instituições e os governos se adequam à pressão provocada pela crise de mercado, que se acentuou a partir dos anos 80. As principais estratégias de superação da

crise capitalista estão ligadas a movimentos ideológicos, - neoliberalismo e Terceira Via - bem como transformações econômicas como a globalização e a reestruturação produtiva. Como já abordamos anteriormente, estas ideologias e transformações político/econômicas são os que redefinem o papel dos Estados nas políticas sociais, com consequências para a relação público/privada.

Conforme Peroni (2009), estas mudanças geram impactos nos processos de decisão e gestão. A abertura legal para a entrada da iniciativa privada, como principal provedora e investidora para melhoria dos serviços, especificamente da educação, obriga aos Estados se limitarem à função de promover ações para garantir resultados (maior eficácia) que permitam a abertura para o mercado financeiro. A promoção destas ações envolvem regulação das políticas para abrir as portas aos setores privados e livre comércio mundial. É neste sentido que funciona o que chamamos de “esvaziamento dos estados” que tem sua atuação diminuída ou restrita pela pressão do mercado.

Destituídos da preocupação de gerar recursos e pensar por si as ações e políticas educacionais, os governantes passam a editar sistemas de controle para regular a política externa a serviço do capital e imposto estrategicamente pelos objetivos e metas das agências multilaterais: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico⁴ (OCDE), Banco Mundial⁵ (BM), Organizações das Nações Unidas⁶ (ONU), UNESCO⁷, que

⁴ Organização internacional de 34 países que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado, que procura fornecer uma plataforma para comparar políticas econômicas, solucionar problemas comuns e coordenar políticas domésticas e internacionais. A maioria dos membros da OCDE são economias com um elevado PIB per capita e Índice de Desenvolvimento Humano e são considerados países desenvolvidos, à exceção do México, Chile e Turquia. Disponível:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_para_a_Coopera%C3%A7%C3%A3o_e_Developiment_o_Econ%C3%B3mico – acesso em 16/01/2014

⁵ Instituição financeira internacional que fornece empréstimos para países em desenvolvimento em programas de capital. O Banco é composto por duas instituições: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). O Grupo Banco Mundial abrange estas duas e mais três: Sociedade Financeira Internacional (SFI), Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) e Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI). http://pt.wikipedia.org/wiki/Banco_Mundial-acesso em 14/01/2014

⁶ Ou Nações Unidas (NU): é uma organização internacional cujo objetivo declarado é facilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança internacional, desenvolvimento econômico, progresso social, direitos humanos e a realização da paz mundial. http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas– acesso em 15/01/2-14

⁷ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), fundada em 1945, com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as

estão a serviço da *Agenda Globalmente Estruturada da Educação*⁸ (AGEE), e conforme Meyer (2000) e Suarez e Ramirez (2007), esta agenda está “(...) assentada nos modelos e objetivos comuns definidos no quadro da modernidade nacional como o progresso, a igualdade ou os direitos humanos” (apud TEODORO, 2011, p.82). Aos poucos, os líderes dos estados perdem a autonomia e a liberdade de gerir e decidir seus próprios recursos humanos e materiais.

A partir disto, Meyer (2000, p.20) explica que “a educação por si só, é uma formalidade mundialmente estandarizada, pelo que, ao adotarem a educação, os países ficam implicados em dispositivos comuns”. Isto equivale a Cultura Mundial Educacional Comum - CMEC. (apud TEODORO, 2011, p. 82-83)

O Estado deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços e se torna promotor e regulador desse desenvolvimento. Abre as portas para o capital privado que financia os bens e serviços e chama esta relação de parceria. Assim, a educação fica sujeita aos interesses individuais e é instrumentalizada para a obtenção de resultados, que nem sempre respondem ao interesse da coletividade.

Segundo Antonio Teodoro (2011), nos últimos anos, o princípio de igualdade, presente no Estado de Bem Estar, aos poucos foi sendo substituído pelo vago conceito de qualidade que é o ponto de partida no qual o autor chama de trilogia reformadora das últimas décadas: *Competitividade, accountability e performatividade*. Conforme o autor, especialmente depois dos anos 90 a agenda da globalização neoliberal, incluiu como questão central a consideração do conhecimento como *commodity* transnacional. Isto fez com que ficasse em segundo plano os fatores potenciais de emancipação e de mobilidade social inerente ao ato educativo e ao projeto de uma *educação para todos* (p. 158).

comunicações.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas_para_a_Educa%C3%A7%C3%A3o,_a_Ci%C3%A7%C3%A2ncia_e_a_Cultura – acesso em 16/01/2014

⁸ Permite-nos compreender a noção de política enquanto processo, ao enfatizar que as políticas para a educação se constroem, na atualidade, a partir de um trabalho pluriescalar (DALE, 2005), em que se jogam diversas forças entre organizações internacionais, instâncias regionais, como a União Européia, e Estados Nacionais.

Segundo o autor, muito provavelmente, haverá uma contraposição ao conceito de qualidade imposto na agenda global hegemônica no campo da educação. A palavra deverá ser substituída por outra, que se assente na “palavra-chave” *coesão social*. Esta trará mais presente a *equidade, inclusão educativa e a celebração de boas práticas* (TEODORO, 2011, p. 158).

A descoberta do potencial de lucratividade que o serviço educacional passou a ter a partir desta nova perspectiva mundial atrai os investidores de maneira inédita na história. A competitividade entre eles se baseia no poder de oferecer o melhor serviço, com mais resultados a partir dos indicadores da OCDE, BM e outras agências multilaterais que desempenham papel crucial na concretização da AGEE (Agenda Globalmente Estruturada da Educação). Em relação a esta competitividade, Teodoro (2011) destaca que:

...tal como nos anos 1970, estamos a viver momentos de bifurcação, onde a intervenção cidadã, nos seus diferentes espaços, da ciência à intervenção política, se apresenta como particularmente determinante. Mas, também aqui, no espaço da educação, a fortuna é de quem agarrar. (p. 178)

No caso do Brasil, verificam-se claramente os impactos destas políticas mundiais. Vejamos sinteticamente, alguns fatos de como isto se caracteriza enquanto mercado educacional.

Em 18 de setembro de 2011, uma notícia de fusões entre Instituições de Ensino Superior Privadas no Brasil confirmou o forte mercado neste setor. A Anhanguera anunciava um grande evento no mundo dos negócios e os jornais publicaram:

Anhanguera compra Uniban por R\$ 510 milhões - Com os 55 mil alunos da Uniban, a Anhanguera vai ultrapassar a marca de 400 mil alunos, tornando-se o 2º maior grupo de ensino superior do mundo... A Anhanguera Educacional, maior grupo privado de educação superior da América Latina, fechou... a compra da Uniban, por R\$ 510 milhões, segundo fontes de mercado. (FUSÕES E AQUISIÇÕES, 2014)

A partir desta notícia, tomando como base o volume financeiro pago, podemos confirmar a importância econômica deste segmento e a presença, cada vez maior, de

*instituições privadas que visam lucro*⁹ na educação. Outro fator a ser observado é a importância dada ao número de alunos e o lugar no ranking mundial – as duas universidades juntas, agora, passam de 400 mil alunos – perdendo apenas pela *Apollo Group*¹⁰.

Outra notícia importante apresentada em abril de 2013 em jornais e outros meios de comunicação, revelam o gigantismo privado no segmento da Educação Superior no mundo globalizado. A confirmação disto pode ser observada parte da notícia do Jornal O Globo:

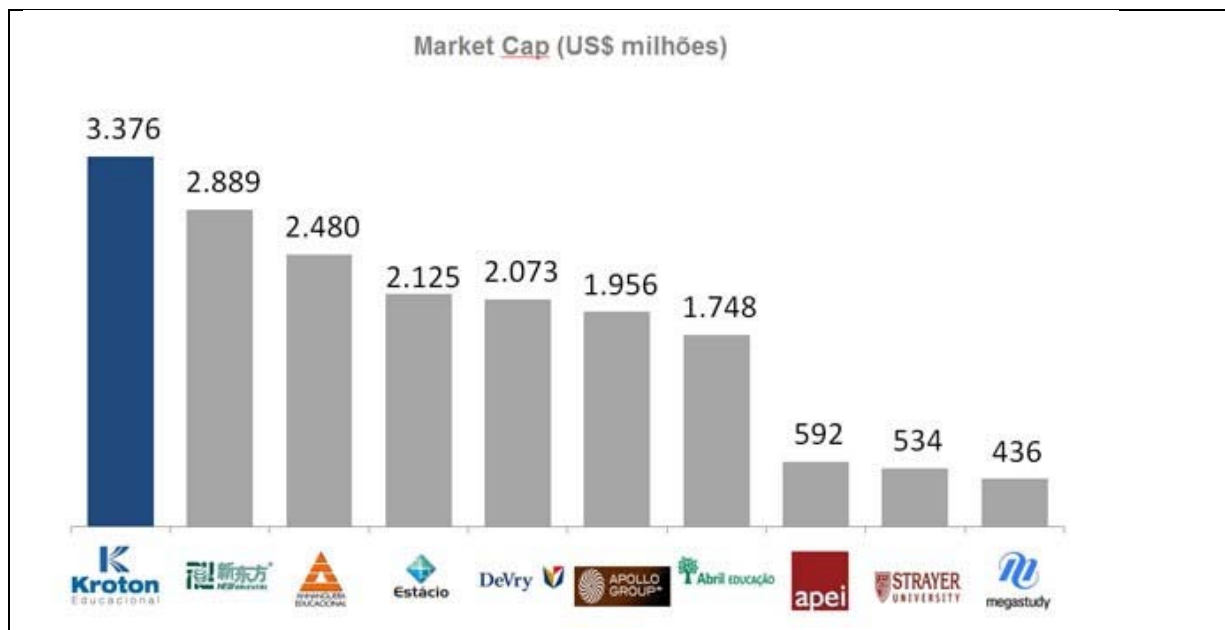
Kroton e Anhanguera Educacional fazem acordo de associação - Operação envolvendo ações é avaliada em cerca de R\$ 5 bilhões. Juntas, as companhias atendem um milhão de alunos no país.... A fusão das duas maiores companhias de ensino de capital aberto do país cria um gigante com valor de mercado de cerca de R\$ 12 bilhões. Segundo as empresas, a associação formará o maior grupo de educação do mundo em número de alunos e em valor de mercado. O anúncio fez dispararem as cotações das ações das duas companhias. No final do pregão..., os papéis da Kroton Educacional fecharam com alta de 8,4%, enquanto os da Anhanguera ganharam 7,7%. (G1.GLOBO, 2013).

Destaques, a partir deste anúncio, que podemos identificar como reforço para as colocações anteriores às quais confirmam o poder e grandeza deste mercado: a) fusão das duas companhias de ensino de capital aberto; b) cria uma empresa gigante com valor de mercado – 12 bilhões; c) formará o maior grupo de educação do mundo. Estes anúncios fizeram disparar as cotações das ações.

Aliás, sobre este último item, as cotações, queremos destacar a tabela de valor de mercado das ações de empresas de educação no mercado aberto, disponível na mesma notícia, apresentada acima. A diferença é que segundo o jornal, a tabela é de 19 de abril, 2013, quando, provavelmente, acontecia o acordo de associação (grifo nosso):

⁹ Importante diferenciar: nem todas as instituições privadas são iguais. Há instituições privadas humanistas/cristãs mantidas a “duras penas” com capital próprio e que sofrem o impacto desta competição desigual e avassaladora.

¹⁰ É uma empresa americana sediada na área de South Phoenix área em Phoenix, Arizona. Apollo Group, Inc., detém, através das suas subsidiárias, diversas instituições de ensino com fins lucrativos. http://pt.wikipedia.org/wiki/Apollo_Group - acesso em 14/01/2014



Valor de mercado de empresas de educação de capital aberto, em milhões de dólares, segundo dados da Bloomberg de 19 de abril (Foto: Reprodução/Kroton)

Fonte: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2013/04>

Nesta tabela identificamos algumas das principais instituições inseridas no mercado aberto, e o valor atribuído, naquela época. Destacamos que a Kroton¹¹ é maior na escala, enquanto a Megastudy é a menor. A diferença de valores entre elas é o que move o mercado para a competição geral.

As notícias relacionadas continuam, com a participação cada vez maior de empresas privadas no setor da Educação, que entoando as diretrizes das políticas neoliberais em um mercado cada vez maior e mais competitivo, vão se fortalecendo com o apoio do próprio Estado.

A notícia apresentada pela revista Exame (13/09/2013) figura a força de mercado destas instituições de Ensino, e a trama envolta nos processos de negociação, bem como os impactos que cada negócio pode causar. Apresenta a contextualização dos agrupamentos competitivos das instituições que visam o lucro como resultado maior:

¹¹ Empresa privada educacional. Fundada em 1966, Belo Horizonte.

União entre Kroton e Anhanguera forçou aquisição da Estácio - ... Rio de Janeiro - A união entre Kroton e Anhanguera mudou o jogo do mercado e pressionou a Estácio a comprar a Uniseb, no maior negócio de sua história, (...). A Estácio anunciou a aquisição da Uniseb por 615,3 milhões de reais em dinheiro e em ações na quinta-feira, cinco meses após a união entre Kroton e Anhanguera, que criou um grupo de 13 bilhão de reais. A aquisição foi avaliada em 13 vezes o múltiplo EV/Ebitda, e a Kroton pagou pela Unopar a um múltiplo de 10 vezes o EV/Ebitda, ... O múltiplo da Estácio é de 17 vezes o EV/Ebitda. ...Com a Uniseb, a Estácio sela sua entrada no Estado de São Paulo e reforça sua participação no segmento de ensino à distância. Considerando os resultados de Estácio e Uniseb em 2012, o lucro líquido das empresas combinadas teria sido de 139 milhões de reais, cerca de 40% superior ao resultado apenas da Estácio no ano passado. (EXAME, 2013).

Estas informações mostram o poder e a força das instituições no “jogo” do mercado. O alto valor financeiro pago provoca a queda das ações no mercado aberto e forte concorrência, a alta lucratividade confirmada no valor de R\$ 139 milhões revela a razão do interesse mercadológico pelo serviço Educacional e seu potencial gerador. Tomando por base esta e outras múltiplas notícias, confirmam os indicadores e argumentos dos autores citados anteriormente. Ratifica-se que as portas do Estado estão abertas para os investimentos financeiros. Enquanto isto, o estado brasileiro já calcula as economias e o crescimento na qualidade. Para tanto, utiliza-se de recursos como as avaliações em Larga Escala e avaliações *in loco*. Entre os sistemas de avaliação destacamos: ENEM (*Exame Nacional de Ensino Médio*), ENADE (*Exame Nacional de Desempenho de Estudantes*), Prova Brasil, PISA (*Programme for International Student Assessment - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes*) e o próprio IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) que pretende ser uma avaliação mais abrangente. Todos servem como referência para os indicadores fundamentais de controle e gerencia dos recursos financeiros investidos em vista da tal qualidade. As avaliações em Larga Escala atendem aos interesses do Estado neoliberal. O Estado tem o papel de criar e preservar as estruturas institucionais apropriadas para estas práticas, garantindo a qualidade e a integridade das mesmas.

Em entrevista ao jornal o estado de São Paulo em 18/11/2013, o presidente da Kroton, John Fallon, destaca que a empresa está presente em 70 países com projetos Educacionais que variam de softwares de ensino a consultoria pedagógica, e

reorganizando-a para aproveitar ao máximo as oportunidades globais no setor de educação - "mercados em crescimento", tais como Brasil, Índia e China. Fallon (2013) disse:

Em 1997, educação e publicações eram apenas dois dos muitos negócios em que a Pearson estava. Naquela época, pensávamos que, em 30 anos, a educação emergiria como uma das indústrias de maior crescimento. Resolvemos vender uma gama de negócios (em televisão, jornal, banco de investimento etc.), arrecadando mais de US\$ 5 bilhões. Pegamos esse dinheiro para investir em educação. Somos hoje a maior empresa de ensino do mundo envolvida em todos os estágios e idades de aprendizado. (ESTADÃO, 2013).

Considerando estas informações percebe-se que todas as colocações teóricas sobre as reformas da administração pública instaladas em vários países, inclusive no Brasil, estão impactando e reforçando o neoliberalismo como expressão das formas de globalização. Se as reformas servirão para superar a crise dos estados ou do capitalismo, ainda não se tem certeza. Inclusive por haver a necessidade de discutir, o que de fato seria a resolução desta crise, considerando as diferentes visões, dentre elas, a Terceira Via. Porém, percebe-se que está ocorrendo uma mudança no estado 'em crise', e a Educação que é um dos principais serviços devido ao povo, se tornou a maior atração para os investidores. Isto está transformando as relações entre o estado e a sociedade civil e mudando o cenário das instituições educacionais de ensino superior e educação básica.

A homogeneização das políticas educacionais atropela outras iniciativas, arrastando consigo todas as propostas alternativas de uma educação sem fins lucrativos e voltada para os processos em si e não somente para resultados absolutos.

Considerando as novas políticas de abertura para o capital privado e esta competição instalada, surgem as parcerias público-privada. Elas funcionam como a grande estratégia ou esperança de superação da crise¹², seriam os segmentos do Terceiro Setor mais presentes nas políticas sociais. No Brasil são inúmeros os exemplos que poderíamos citar, onde governos e/ou prefeituras que estabelecem parcerias ou

¹² Iniciada a partir dos anos 1970 e intensificada nos últimos anos.

terceirizam a educação, ou parte dela, reservando-se os atos regulamentares pautados nas avaliações com indicadores específicos para responder as expectativas mundiais. A crescente busca e adoção de sistemas de ensino para escolas públicas ou privadas de pequeno porte, contratação de consultorias específicas para cuidar da formação dos professores, formação de gestores e administradores comprovam que, cada vez mais, se busca receitas “prontas” que atendam as necessidades de resultado segundo os indicadores estabelecidos pelos financiadores já que o Estado não tem dinheiro para investir e a ordem é buscar parcerias, terceirizar, repassar para a iniciativa privada.

Sobre isto, as observações de Carlos Jamil Cury (2001) nos chamam a atenção sobre os riscos:

A rigor, as políticas de descentralização, sobretudo se acompanhadas do atual modo vigente do pacto federativo, significam um repasse de responsabilidade dos escalões nacionais para os subnacionais. Se estes últimos não forem capazes de sustentar suas responsabilidades, o risco é o de haver um deslocamento do público para o privado e aí reside o risco maior de uma competitividade e seletividade, de corte mercadológico, pouco natural aos fins da educação. (CURY, 2001, p. 196)

Destacamos o fato de que, segundo autor, o deslocamento do público para o privado dá espaço para a competitividade e seletividade que são princípios nada comuns para a finalidade da educação.

Serve de exemplo concreto o que acontece em muitas prefeituras e fundações “Brasil a fora”. Os desvios são visíveis onde já se pratica há mais tempo estas parcerias. Segundo Theresa Adrião (2009), no estado de São Paulo:

...proliferam opções governamentais com vistas a implementar tais parcerias no campo educacional, sobretudo a partir da municipalização do ensino fundamental, iniciada no estado em 1996 e, posteriormente, implementada em nível nacional, após a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), por meio da Emenda Constitucional n. 14/96. (ADRIÃO, 2009, p. 801)

Na prática, de acordo com Adrião (2009, p.212 e 213), que pesquisou especificamente a realidade paulista, duas justificativas pedagógicas são recorrentes para

que esta parceria com sistema de ensino: a) padronização da qualidade de ensino, por meio da homogeneização dos projetos; b) a construção de uma identidade comum para a educação municipal.

Isto evidencia claramente os interesses de domínio mercadológico. Porém, na pesquisa a autora citada acima, observou alguns problemas como: - a fragilidade conceitual e pedagógica dos materiais e serviços comprados; - falta de controle social ou técnico; os pagamentos em duplicidade pelos mesmos serviços; - a submissão do direito à qualidade do ensino à lógica do lucro; a padronização/homogeneização dos conteúdos e currículos.

Em outras realidades de prefeituras e pequenas escolas brasileiras notam-se fatos parecidos. Porém, vale observar que o resultado disto aparece claramente no crescimento de alguns sistemas e editoras das grandes redes de ensino. Eles passaram a disputar o mercado, competir acirradamente entre si e investir grandes valores financeiros, com a segurança do retorno imediato.

As atuais políticas mundiais e a adesão dos países aos programas de avaliações externas comuns transformou a educação ou o setor educacional, que antes só onerava os cofres públicos, em um nicho promissor para o mercado financeiro, nos quais empresários investem e contabilizam o crescimento, festejando a competência de quem tem maior poder de barganha. Todos os indicadores apontam para o crescimento e a ampliação das ações investidas na bolsa de valores e em outros papéis de valor. A iniciativa privada avança como se estivesse em 'lua de mel' com o desenvolvimento e crescimento mercadológico, provocado pela abertura dos estados nacionais, cria programas de ensino que pouco tem a ver com os contextos locais das escolas.

Considerações Finais

Podemos observar a existência de um 'paradoxo neoliberal' (MICHAEL PETERS, 1994), quando o neoliberalismo passa a ser considerado a doutrina que prega um Estado autolimitador, esse Estado tem se tornado mais poderoso sob as políticas neoliberais de mercado. Contrariamente do que se prega, nota-se que após as crises,

encontra-se Estados ainda mais presentes, reguladores e intervencionistas. A crise tão comentada e, tida como justificativa para mudanças na relação do papel dos Estados, não passa de mais uma consequência-estratégia natural para realização do projeto neoliberal, que busca a supremacia e liberdade de ação em vista do domínio absoluto. Assim, a crise pode não ser “crise” no sentido fatal e sim uma prova de que o plano neoliberal vai bem.

A vulnerabilidade financeira que os Estados apresentam, obriga os governantes a tomarem decisões contrárias à concepção tradicional de educação. As políticas públicas são elaboradas funcionalmente priorizando a promoção e regulação da educação, permitindo a abertura total para a iniciativa privada que disputa o mercado tornando a educação uma fonte de rentabilidade.

As principais estratégias de superação da crise capitalista estão ligadas aos movimentos ideológicos, - neoliberalismo e Terceira Via - bem como as transformações econômicas, - a globalização e a reestruturação produtiva. Estas ideologias e transformações político/econômicas são os que redefinem o papel dos Estados nas políticas sociais, com consequências para a relação público/privada.

Diante do exposto, percebe-se que as concepções de educação, apresentadas como um bem público e como um direito humano fundamental, são colocadas em xeque. Em seu lugar, são propostas perspectivas comerciais de educação básica e superior, as quais a consideram como um importante setor da economia global.

Estes elementos são apresentados em um contexto marcado por processos de globalização, nos quais, assistimos a reformulação conceitual e ideológica das políticas educativas nacionais; essas não podem ser compreendidas sem uma articulação com as forças supranacionais, representadas por organismos internacionais a serviço da Agenda Globalmente Estruturada da educação - AGEE, tais como OCDE, Banco Mundial, ONU, UNESCO e outras agências a serviço do neoliberalismo mundial. Nesse contexto, a educação passa a ser concebida como uma mercadoria, passível de ser vendida e comprada no mercado, cada vez mais global de comércio e de serviços. Nesse âmbito, são presenciadas propostas que objetivam a focalização – e não redução – do papel do Estado na esfera legislativa, no sentido de que exerça papel preponderante como

supervisor e de avaliador dos sistemas educacionais, ao invés de investidor e de mantenedor direto.

No Brasil, o impacto disto, está provocando uma transformação geral no cenário da educacional. Nos últimos anos as grandes redes mundiais de ensino estão “abocanhando” as pequenas, disputando espaços, domínio e poder financeiro. Parcerias e negócios estão transformando a educação brasileira, pública ou privada, em ambientes de disputa e de tensionamentos. Escolas privadas de pequeno porte e com tradição histórica na formação voltada para valores transcendentais e coletivos estão fechando ou sendo vendidas por falta de recursos financeiros. As grandes redes multinacionais crescem extraordinariamente e contabilizam resultados econômicos recordes.

Confirma, assim, que as ideologias políticas e os segmentos econômicos, independentes de suas matrizes ideológicas, seguem as normas do capital. E a sociedade que fundamenta o Estado encontra-se refém de seu próprio individualismo.

As análises aqui abordadas apresentam apenas um enfoque com vistas a dicotomia entre o Estado e os setores privados da educação e muito precisa ser feito para desvendar as soluções destes elementos tão complexos entre o Estado e Educação.

Referências

ADRIAO, Theresa et al . **Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de "sistemas de ensino" por municípios paulistas**. Educ. Soc., Campinas, v. 30, n. 108, out. 2009 . Disponível em www.scielo.br. Acesso em 13 jan. 2014.

CURY, C.R.J. **Políticas públicas: diretrizes e necessidades da educação básica**. In: ENCONTRO DE EDUCAÇÃO DO OESTE PAULISTA, 3, 2001, Marília. *Anais*: UNESP, 2001. p.1-3.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. O futuro da política radical. Tradução de Alvaro Hattner. São Paulo: editora da Universidade Paulista, 1996.

-----. **A Terceira Via:** reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: edições Loyola, 1989.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

PERONI, Vera M. Vidal. **As Parcerias Público-privadas na educação e as Desigualdades Sociais.** *Revista Cadernos de Pesquisa Pensamento educacional Administração da educação e políticas educacionais: justiça e desigualdades.* nº 7. Curitiba PR, Universidade Tuiuti, PPG, 2009a.

-----. **Redefinições no papel do Estado: Parcerias Público/Privadas e a Gestão da Educação.** ANPAE, 2010. Disponível em: <http://www.anpae.org.br> - acesso 14/01/2014.

-----. **Políticas Educacionais e a Relação Público/Privada.** Texto apresentado no GT Educação Especial, ANPED, 2009 (CD) artigo disponível em: <http://www.ufrgs.br>, 2009b.

-----. **Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional.** In: PERONI, V. M. V., BAZZO, V. L. , PEGORARO, L. (org.) *Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal:*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

-----. **Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado.** In: Revista SIMPE – RS, p. 11-33. Porto Alegre, 2007.

-----. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. In: ADRIÃO, T. e PERONI, V. **Público e privado na educação novos elementos para o debate.** São Paulo: Xamã, 2008.

PETERS, Michael. Governamentabilidade liberal e educação. In: SILVA, T.T. **O Sujeito da Educação – estudos foucaultianos.** Petropolis: vozes, 1994. p.211-24.

TEODORO, Antônio. **A Educação em Tempos de Globalização Neoliberal: os novos modos de regulação das políticas educacionais.** Brasília: Liber Livro, 2011.

REVISTA EXAME: <http://exame.abril.com.br>. São Paulo. Setembro. 2013. acesso em: 06 jan. 2014.

ESTADÃO: <http://www.estadao.com.br/noticias>. São Paulo. set., 2013. Acesso em: 13 jan. 2014.

O Estado regularador e a educação privada: algumas considerações sobre o papel do estado e abertura para o mercado educacional

Viviana Benetti - Leci Salete Paier

FUSÕES & AQUISIÇÕES: <http://.fusoesaquisicoes.blogspot.com.br>. São Paulo. Set. 2011.
Acesso em: 02 jan. 2014.